continuação

CPFL Transmissão S.A. - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diluído	Controladora 31/12/2025	31/12/2024
Lucro para as ações ordinárias	187.074	598.510
Lucro para as ações preferenciais	130.952	7.093
	318.026	605.604
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	12.959.953	9.480.088
Ações Preferenciais	9.071.967	112.356
	22.031.920	9.592.444
Lucro Diluído por Ação - R$	**14,43**	**63,13**

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
Receita Operacional	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Remuneração/Atualização do Ativo Contratual	541.063	480.805	712.338	608.473
Receita de Operação e Manutenção	576.545	593.625	628.055	645.095
Receita com construção da infraestrutura	953.360	1.028.324	963.293	1.031.306
Outras Receitas	15.951	20.170	7.851	11.947
Total da receita operacional bruta	**2.086.919**	**2.122.925**	**2.311.537**	**2.296.821**
Deduções da receita operacional				
PIS/COFINS	(111.160)	(114.728)	(119.580)	(114.476)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(54.180)	(77.313)	(54.180)	(77.328)
Encargos Setoriais	(22.629)	(30.744)	(25.676)	(33.302)
Outras deduções	(4.464)	(4.725)	(5.144)	(6.143)
	(192.433)	**(227.510)**	**(204.580)**	**(231.249)**
Receita operacional líquida	**1.894.486**	**1.895.415**	**2.106.957**	**2.065.572**

24. CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora									
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Despesas operacionais: Gerais e administrativas		Despesas operacionais: Outros		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(116.786)	(122.388)	–	–	(14.780)	(14.387)	–	–	(131.566)	(136.775)
Entidade de previdência privada	(39.512)	(72.815)	–	–	–	–	–	–	(39.512)	(72.815)
Material	(7.688)	(8.186)	–	–	(2.271)	(2.161)	–	–	(9.959)	(10.347)
Serviços de terceiros	(19.832)	(25.600)	–	–	(59.561)	(59.828)	–	–	(79.393)	(85.428)
Custos com construção da infraestrutura	–	–	(797.766)	(711.821)	–	–	–	–	(797.766)	(711.821)
Outros	737	892	–	–	(138.008)	(59.012)	7.774	11.765	(129.497)	(46.355)
Arrendamentos e aluguéis	1.046	1.088	–	–	(1.132)	(1.429)	–	–	(86)	(341)
Legais, judiciais e indenizações	–	–	–	–	(129.515)	(61.757)	–	–	(129.515)	(61.757)
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	–	–	–	–	–	–	6.279	(12.952)	6.279	(12.952)
Outros	(309)	(196)	–	–	(7.361)	4.174	1.495	24.717	(6.175)	28.695
Total	**(183.081)**	**(228.097)**	**(797.766)**	**(711.821)**	**(214.620)**	**(135.388)**	**7.774**	**11.765**	**(1.187.693)**	**(1.063.541)**

	Consolidado									
	Outros custos com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Outras despesas operacionais: Vendas		Outras despesas operacionais: Gerais e administrativas		Outras despesas operacionais: Outros		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(116.786)	(122.388)	–	–	(539)	(346)	(14.796)	(14.403)	–	–	(132.121)	(137.137)
Entidade de previdência privada	(39.512)	(72.815)	–	–	–	–	–	–	–	–	(39.512)	(72.815)
Material	(7.762)	(8.228)	–	–	–	–	(2.583)	(2.241)	–	–	(10.345)	(10.469)
Serviços de terceiros	(21.279)	(28.678)	–	–	–	–	(70.657)	(68.477)	–	–	(91.936)	(97.155)
Custos com construção da infraestrutura	–	–	(807.457)	(698.379)	–	–	–	–	–	–	(807.457)	(698.379)
Outros	973	1.382	–	–	–	–	(142.510)	(61.265)	7.719	11.831	(133.818)	(48.052)
Arrendamentos e aluguéis	1.046	1.033	–	–	–	–	(1.154)	(1.541)	–	–	(108)	(508)
Publicidade e propaganda	–	–	–	–	–	–	(1)	(2)	–	–	(1)	(2)
Legais, judiciais e indenizações	–	–	–	–	–	–	(132.949)	(63.381)	–	–	(132.949)	(63.381)
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	–	–	–	–	–	–	–	–	6.294	(12.835)	6.294	(12.835)
Outros	(73)	349	–	–	–	–	(8.406)	3.659	1.425	24.666	(7.054)	28.674
Total	**(184.366)**	**(230.727)**	**(807.457)**	**(698.379)**	**(539)**	**(346)**	**(230.546)**	**(146.386)**	**7.719**	**11.831**	**(1.215.189)**	**(1.064.007)**

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	27.419	42.063	41.683	63.618
Acréscimos e multas moratórias	1.432	2.263	1.432	2.263
Atualização de créditos fiscais	–	–	1	9
Atualização de depósitos judiciais	8.905	7.941	12.313	11.513
Atualizações monetárias e cambiais	29	95	29	107
PIS e COFINS - Sobre outras receitas financeiras	(1.786)	(2.442)	(1.786)	(2.442)
Outros	735	222	1.032	388
Total	**36.734**	**50.142**	**54.704**	**75.456**
Despesas				
Encargos de dívidas	(324.821)	(244.465)	(327.808)	(246.566)
Atualizações monetárias e cambiais	(251.147)	(114.836)	(252.467)	(116.170)
(–) Juros capitalizados	51.283	–	51.283	–
Outros	(5.340)	(7.194)	(6.012)	(7.929)
Total	**(530.025)**	**(366.495)**	**(535.004)**	**(370.665)**
Resultado financeiro	**(493.291)**	**(316.352)**	**(480.299)**	**(295.208)**

Despesas com atualizações monetárias e cambiais no montante de R$ 252.467 (R$ 116.170 em 31 de dezembro de 2024) aumento refere-se a despesas com marcação a mercado e SWAP dos empréstimos e debêntures. Despesas com encargos de dívidas no montante de R$ 327.808 (R$ 246.566 em 31 de dezembro de 2024), aumento refere-se principalmente a encargos e atualização monetária de empréstimos e debêntures, o reflexo é devido a novas captações em 2025.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada diretamente pela CPFL Cone Sul, empresa controlada indiretamente pela CPFL Energia S.A. que, por sua vez, possui as seguintes empresas como acionistas controladores: • State Grid Brazil Power Participações S.A. Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético. • ESC Energia S.A.. Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A. Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: **a) Disponibilização do Sistema de Transmissão:** Trata-se dos valores faturados sobre o uso do sistema de transmissão que impactam na Receita Operacional da CPFL-T. O faturamento é realizado conforme os valores listados nos Avisos de Créditos emitidos pelo ONS - Operador Nacional do Sistema. **b) Alocação de despesas entre empresas:** As despesas operacionais são relacionadas às contribuições da Patrocinadora dos Planos de Benefícios Previdenciários e compartilhamento. **c) Materiais e Prestação de Serviços e Outras operações:** Referem-se aos contratos de prestação de serviços, que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras. A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantidos junto à Instituição Família previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 17 - Entidade de Previdência Privada. A controladora, CPFL Energia, possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas. A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2025, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) foi de R$ 4.335 (R$ 5.100 em 2024). Este valor é composto por R$ 3.216 (R$ 3.851 em 2024) referente a benefícios de curto prazo, R$ 126 (R$ 106 em 2024) de benefícios pós-emprego e outros encargos R$ 993 (R$ 1.250 em 2024). Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimento controlados em conjunto:

	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
Empresas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	572	1.510	1.012	1.546	20.340	17.452	13.918	24.356
Arrendamento e aluguel								
Entidade sob o controle da CPFL Energia	–	–	–	–	–	–	81	–
Materiais e Prestação de Serviços							–	–
Entidades sob o controle da CPFL Energia	–	167	27.693	31.239	10.076	7.674	163.993	51.206
Entidades sob o controle comum	–	–	50	702	477	–	24.923	89.099
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	668	–	–	114.553	–	–	–	–
Disponibilização do Sistema de Transmissão								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	942	2.572	–	–	471.835	404.063	–	–
Outras operações financeiras								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	–	–	–	–	–	166	–	–
Outras								
Entidades sob o controle comum	–	15.355	–	–	–	–	–	–

27. SEGUROS

Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2025
Ativos vinculados à Concessão	Riscos Nomeados	856.577
Transporte	Nacional e Internacional	72.849
Responsabilidade Civil	Geral, Obras Civis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica, Riscos Ambientais e Resp. Civil Profissional (E&O)	78.404
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	132.904
Garantia	Seguro Garantia	53.503
Outros	D&O	152.200
Total		**1.346.437**

28. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios do Grupo compreendem, principalmente, geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL. **Estrutura do gerenciamento de risco:** No Grupo, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve as áreas de negócio, a Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO (Data Protection Officer), a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria o Conselho de Administração da CPFL Energia. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos. **Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:** • Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia; • Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos; • Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Riscos; • Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia; • Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Riscos(s) no Mapa Corporativo de Riscos; • Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia. **Cabe ao Comitê de Auditoria:** • Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; • Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos. **Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:** • Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles. **À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe:** • Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia; • Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação; • Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação dos limites de riscos. **A Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO da CPFL Energia é responsável por:** • Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos; • Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões; • Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios; • Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos; • Em caso de extrapolação do limite de risco: a. Validar o preenchimento do Formulário de Extrapolação de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações; b. Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia; c. Acompanhar o status dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão. As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem: **Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre de a possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 34. Adicionalmente as controladas do Grupo estão expostas em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as controladas de distribuição de eventuais perdas econômicas. **Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 34. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado pelos segmentos de comercialização e serviços através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. No segmento de distribuição, mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias. **Risco de sub/sobrecontratação das distribuidoras:** Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual as distribuidoras do Grupo CPFL e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. As distribuidoras podem ficar impossibilitadas de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além de as distribuidoras serem obrigadas a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuírem garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias. **Risco de mercado das comercializadoras:** Esse risco decorre de a possibilidade de as comercializadoras incorrerem em perdas financeiras por conta de variações nos preços que irão valorar as posições de sobras e/ou déficits de energia de seu portfólio no mercado livre, que são marcadas a mercado e suscetíveis à volatilidade associada à flutuação do preço de energia. **Risco quanto à escassez de energia hídrica**: A energia vendida pelo Grupo é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2025, observou-se uma hidrologia desfavorável pelo 2º ano consecutivo, registrando 78% da média de longo termo e constituindo o 8º pior no histórico de 95 anos. As regiões mais impactadas foram SE/CO e NE, contido, devido a ações operativas e de planejamento advindas do Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País - PRR (Art. 30 da Lei nº 14.182, de 2021) foi possível preservar os recursos hídricos e iniciar 2026 com cerca de 46% da capacidade armazenável no Sistema Interligado Nacional. Apesar disso, o ONS tem alertado para riscos pontuais de atendimento eletroenergético, agravado pela elevada participação de fontes renováveis na matriz nacional (40%), perspectiva de hidrologia adversa no verão de 2026 (abaixo de 80%) e atraso no leilão de reserva de capacidade. **Risco de aceleração de dívidas:** O Grupo possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. **Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas controladas de distribuição dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas controladas de distribuição. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** O Grupo mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, o Grupo possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais o Grupo estão expostos. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pelo Grupo suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que o Grupo tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, o Grupo não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

continua